A politização da educação

Simon Schwartzman

2019

Começando muito tardiamente (em 1950, metade da população adulta era analfabeta, enquanto muitos países já haviam resolvido este problema cem anos antes) hoje, cinquenta milhões de brasileiros estão matriculados em algum tipo de escola, 60% da população até 30 anos. Eles são atendidos por um exército de mais de 8 milhões de pessoas, entre professores, dirigentes escolares e outros profissionais da educação, 7.1% de todos os trabalhadores do país, recebendo 8.9% da massa salarial, e com uma renda média 30% superior à dos demais trabalhadores. A estimativa mais recente é que o Brasil gasta 6% do PIB em educação (Secretaria Do Tesouro Nacional, 2018), mais do que todos os demais da América Latina e de muitos países desenvolvidos.

Este enorme investimento se justificaria, porque a expectativa é que a educação seja a principal alavanca para sair da armadilha da renda média na qual estamos atolados. Os dados mostram que países em que a população é mais educada são mais ricos, e que as pessoas mais educadas ganham mais, presumivelmente porque têm competências que o mercado de trabalho valoriza. E, no entanto, no Brasil, a produtividade da economia tem se mantido praticamente estagnada ao longo destes anos. A razão é que a educação cresceu com um forte predomínio das demandas por credenciais e mobilidade social, prevalecendo sobre o desenvolvimento de competências. E, como tem sido mostrado por vários estudos recentes, não basta aumentar a escolaridade para que a produtividade aumente, para isto é preciso também que a educação seja de qualidade, e isto não tem ocorrido de forma significativa.

Este problema tem a ver com outra expectativa que se tem em relação à educação, a de que ela favoreça a mobilidade social e a equidade social. Existe um permanente debate entre os sociólogos sobre se a educação simplesmente produz credenciais que reproduzem as desigualdades existentes, com os filhos dos mais ricos indo para as melhores escolas e universidades e se preparando para ocupar as posições sociais mais altas, ou se ela de fato produz competências e contribui para aumentar a riqueza e reduzir a desigualdade. A resposta é que estes dois aspectos coexistem, e que, quando a disputa pelas credenciais predomina sobre a prioridade dada ao desenvolvimento de competências, a educação sofre.

Em quase todo o mundo, ao longo do século 20 houve uma grande expansão das cidades, da economia e do setor público, e a educação funcionou tanto para permitir que as elites tradicionais mantivessem seus privilégios como para que pessoas mais pobres, imigrantes e de minorias, se beneficiassem das novas oportunidades de mobilidade. A insistência no mérito e nos conteúdos, como critério para acesso aos estudos e avanço nas carreiras universitárias, foi um um fator importante para garantir que as melhores posições não fossem monopolizadas pelas elites tradicionais. Mas não foi uma vitória absoluta: existe uma forte relação entre desempenho acadêmico e origem social; e também, porque a educação é um bem "posicional", ou seja, como em um campeonato de futebol, só há lugar para poucos na primeira divisão.

Quando o processo de urbanização se completa, o estado de bem-estar social chega a seu limite e a economia deixa de crescer, a educação deixa de ser um jogo em que todos ganham,

ainda que desigualmente, e se aproxima de um jogo de soma zero, em que os que ganham o fazem às custas dos ficam para trás. O resultado é o conflito intenso pelas credenciais acadêmicas, seja pela limitação do acesso e reserva de mercado profissional, em nome do mérito, quanto, do outro lado, pela demanda por acesso livre ou facilitado, acompanhado do questionamento dos próprios conteúdos da educação. No acesso, surgem as bandeiras das cotas sociais e raciais e do fim dos processos seletivos, assim como o abandono do mérito como critério central para a contratação e promoção de professores, que se organizam em sindicatos para a defesa de seus interesses corporativos. No conteúdo, coloca-se em questão tanto temas culturais, como o ensino da norma culta da língua, da história, literatura e filosofia, quanto os próprios conteúdos da ciência e da tecnologia, interpretados nas visões mais extremadas como meras ideologias de classe disfarçadas.

Estes conflitos são muitas vezes interpretados como uma disputa entre a ciência e cultura, por um lado, e a política por outro, mas é muito mais complicado do que isto, porque, embora ciência, cultura, interesses e motivações sociais e políticas estejam inevitavelmente interligados, são coisas distintas, os conteúdos sofrem quando a política predomina.

Um exemplo recente do extremo a que se pode chegar é do México atual de Lopez Obrador, que cancelou a reforma da educação pública instituída pelo governo anterior, acusado de ter instituído um sistema punitivo de avaliação de mérito, e pretende universalizar a educação superior como direito de todos, criando cem novas universidades, ao mesmo tempo em que corta os recursos e cria dificuldades para o funcionamento dos centros de pesquisa mais avançados do país. É preciso lembrar que o poder dos sindicatos sobre a educação pública mexicana, que é tão ruim quanto a brasileira, chegava ao ponto de os professores das escolas públicas serem donos de seus empregos e poderem passá-los para os filhos, e que a Universidad Nacional Autónoma de México, com mais de 300 mil estudantes, já tinha uma política de acesso livre e gratuito, gerando graves ineficiências que os governos anteriores tentaram mitigar.

Entender os temas da educação como um conflito entre o mérito e o credencialismo, sem tomar em conta que as duas dimensões são imbricadas, só pode dar errado. É preciso cuidar tanto do conteúdo quanto da equidade dos sistemas educacionais, um equilíbrio que deve ser construído longe das disputas ideológicas ao seu redor.

Reference Type: Report

Record Number: 22761

Author: Secretaria do Tesouro Nacional

Year: 2018

Title: Aspectos fiscais da educação no Brasil

Place Published: Brasilia

Institution: Ministério da Fazenda

Short Title: Aspectos fiscais da educação no Brasil

'File' Attachments: internal-pdf://1600229307/EducacaoCesef2.pdf